

"Por falar em crioulo, ela a havia forçado ao silêncio": a colonização da linguagem em *O coração que chora e que ri* (2022), de Maryse Condé

"By speaking in Creole, she had forced her into silence": the colonization of language in O coração que chora e que ri (2022), by Maryse Condé

Submetido em: 09/09/2024
Aceito em: 08/11/2024

Danielly Cristina Pereira Vieira¹
Rafael Macário de Lima²

Resumo: Nascida em Guadalupe, um departamento ultramarino francês localizado no Caribe, Maryse Condé é conhecida e reconhecida pela vastidão de suas produções, sendo considerada uma das principais vozes franco-caribenhas em uma perspectiva global. Autora premiada, uma de suas obras que receberam honrarias foi a *Lhe Cœur à rire et à pleurer* (1999), recentemente traduzida ao português como *O coração que chora e que ri: contos verdadeiros da minha infância* (2022). Nessa obra, cujo subtítulo da edição brasileira explicita seu caráter autobiográfico, diversos aspectos da vivência de Maryse Condé enquanto criança negra caribenha de boas condições econômicas até tornar-se adolescente e jovem adulta são explorados. Nosso objetivo, no entanto, centra-se na reflexão acerca da presente negação da língua crioula e privilégio da língua francesa fomentados pelos pais da autora na sua educação fruto da colonialidade da linguagem. Concluímos que, no discurso de Condé nessa obra, sendo a raça um marcador inegociável por não haver possibilidade de abandoná-lo completamente haja vista sua marcação no corpo, os pais da escritora, tendo boas condições financeiras, optaram por centrarem-se na questão da classe e na promoção de valores burgueses dentre os quais a língua francesa se torna um imperativo.

Palavras-chave: Maryse Condé; literatura decolonial; literatura caribenha; literatura contemporânea.

Abstract: Born in Guadeloupe, a French overseas department located in the Caribbean, Maryse Condé is known and recognized for the vastness of her productions, being considered one of the main French-Caribbean voices from a global perspective. An award-winning author, one of her works that received honors was *Lhe Cœur à rire et à pleurer* (1999), recently translated into Portuguese as *O coração que chora e que ri: contos verdadeiros da minha infância* (2022). In this work, whose subtitle of the Brazilian edition explains its autobiographical character, several aspects of Maryse Condé's experience as a black Caribbean child with good economic conditions until she became a teenager and young adult are explored. Our objective, however, focuses on the reflection on the current denial of the Creole language and the privilege of the French language encouraged by the author's parents in her education because of the coloniality of language. We conclude that, in Condé's speech in this work, with race being a non-negotiable marker as there is no possibility of completely abandoning it given its marking on the body, the writer's parents, having good financial conditions, chose to focus on the issue of class and in the promotion of bourgeois values within which the French language becomes an imperative.

Keywords: Maryse Condé; decolonial literature; Caribbean literature; contemporary literature.

Introdução

¹ Doutora em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: daniellycpvieira@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4538906962596512>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4649-8177>.

² Doutorando Letras pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: rafsmacario@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3280325337804042>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8117-3311>

Nascida em Guadalupe, um departamento ultramarino francês no Caribe, Maryse Condé é uma das vozes mais influentes da literatura franco-caribenha, reconhecida por sua vasta obra que explora temas complexos ligados à colonização e suas consequências no pós-independência, tanto no Caribe quanto na África. Condé constrói uma crítica abrangente dos processos de criouliização linguística e de dominação cultural, revelando, de forma recorrente, as tensões entre o francês, a língua do colonizador, e o crioulo, expressão autêntica e resistente da cultura local. No contexto caribenho, essas línguas carregam simbolismos profundos: enquanto o francês evoca a autoridade colonial e europeia, o crioulo é visto como uma marca identitária subalternizada, mas essencial na preservação cultural e resistência.

Doutora em Literatura Comparada, a professora, crítica, ensaísta, contista, poeta, dramaturga e romancista, foi premiada amplamente por sua contribuição literária. Dentre os prêmios, Condé recebeu o Nobel Alternativo de Literatura em 2018 e o Prêmio Marguerite Yourcenar em 1999 por *Le Cœur à rire et à pleurer* (1999), traduzido ao português como *O coração que chora e que ri: contos verdadeiros da minha infância* (2022). Nessa obra autobiográfica, Condé revisita sua infância e juventude em Guadalupe, abordando a complexidade de ser uma criança negra de boas condições econômicas em um espaço colonial profundamente hierarquizado. Esse relato pode ser entendido, ao mesmo tempo, como uma lembrança pessoal e uma crítica à colonialidade da linguagem, lançando luz sobre como a assimilação da língua francesa, promovida pelos pais da autora, tentou funcionar como símbolo de refinamento e status, contrastando com o menosprezo pelo crioulo e seus falantes, vistos como pertencentes a uma classe inferior.

Neste artigo, portanto, propomos observar alguns aspectos acerca da colonialidade linguística presentes em *O coração que chora e que ri: contos verdadeiros da minha infância* (2022), destacando a denúncia de Condé acerca do legado colonizador que reprime o crioulo, dando visibilidade a essa língua enquanto símbolo de resistência cultural e identidade caribenha. Ao examinar as escolhas linguísticas e a ambivalência de classe e raça presentes na obra, destacaremos as implicações da negação e marginalização do crioulo, situando o discurso de Condé no centro das questões de identidade e pertença que atravessam o sul global. Por fim, destacamos que esse artigo intenciona também homenagear a autora recentemente falecida, em abril de 2024, em Apt, sul da França, de modo a destacar a potência de sua obra como ferramenta de combate à colonialidade.

Colonialidade da linguagem: Uma língua apunhalada

Intelectuais oriundos do Sul Global, como Ramón Gosfoguel (2013), Mignolo (2000; 2017) e Aníbal Quijano (2005; 2009), a fim de refletirem e teorizarem acerca das nossas estruturas históricas, sociais e econômicas, cunharam o conceito de *colonialidade*. Nessa perspectiva, o processo de construção teórica do termo constituiu-se como a exposição e questionamento de um sistema universalista do Norte Global que se posiciona como centro epistemológico, econômico, cultural e racial. Ao mesmo tempo, esses estudos salientam a urgência em reconhecer e legitimar as produções locais do Sul Global, racializadas e diminuídas pela matriz colonial do poder. Esta, por sua vez, é promovida pelos colonizadores e mantidas pelos mesmos grupos na atualidade e pelas estruturas e instituições fruto do período colonial.

Analisando o passado, percebemos que, embora os processos coloniais existentes na história mundial possuam suas diferenças de abordagem e execução, o *modus operandi* deles tendem a possuir certas semelhanças. É nesse sentido que, abordando o contexto das Américas, Aníbal Quijano (2005) teoriza que, com a colonização desse continente, inaugurou-se um espaço/tempo no qual emerge a modernidade embasada na existência de dois eixos de poder pautados na então recente categoria da raça. Isso significa dizer que passaria a existir a crença em uma “supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros” (p. 117). Essa construção teórica perversa, portanto, teria fomentado a base das relações de dominação entre metrópole e colônia e, conseqüentemente, entre brancos e negros/índigenas. Fundada, então, uma nova ordem de poder que seria expandida mundialmente, a categoria *raça*, desconhecida até antes da invasão e do advento da América, torna-se o marcador biológico-social que classificaria os grupos de indivíduos e autorizaria os níveis da sua conseqüente exploração. Afirma Quijano (2005), que, tomando de exemplo o provável início dessa estruturação na área das Américas de colonização britânica, os negros seriam vistos como o grupo mais importante a ser explorado, constituindo, portanto, a base da hierarquia colonial. Em síntese, no continente americano, “a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista” (Quijano, 2005, p. 118).

Em paralelo ao desenvolvimento da categoria raça, encontra-se a ascensão do capitalismo como sistema econômico-político global. Dessa maneira, o processo de

apropriação de terras e indivíduos, produção e venda de produtos e mão-de-obra escravizada torna-se a norma do mercado, pautando o domínio da classe branca também pela questão econômica ao posicionarem-se no topo da hierarquia referente ao controle do trabalho e usufruto do lucro. Nesse contexto, mesmo com processo de extinção da mão-de-obra escravizada como modelo de exploração trabalhista legitimado, nas palavras de Quijano (2005, p. 119), “a distribuição racista do trabalho no interior do capitalismo colonial/moderno manteve-se ao longo de todo o período colonial”. Assim, mesmo o extrato social presente no território americano tendo se expandido, ou seja, da inicial divisão entre brancos e negros ter surgido o mestiço e uma vasta classificação inicial para diferenciá-los, esses grupos racializados, que exerciam as mesmas atividades trabalhistas remuneradas que europeus não nobres, tiveram a legitimidade de seus novos papéis sociais adiados devido ao racismo que posiciona a raça como marcador corporal. Como aponta Quijano (2005, p. 119), por mais “abrancados” que os mestiços pudessem ser, eles ainda seriam descendentes de escravizados, estando, portanto, sujeitos às ordens do poder colonial que, não se extinguindo, haveria se esgarçado, criando mais categorias, escalas e nuances dentre as quais o branco e o negro seguiam posicionados um em cada extremo da hierarquia.

Isso, pois, como resume Walter D. Mignolo (2017), a matriz colonial de poder, estudada primeiramente por Aníbal Quijano em finais do século XX e início do século XXI, foi exercida por meio de “quatro domínios inter-relacionados: controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, e do conhecimento e da subjetividade” (p. 5) o que direciona a dominação para vários níveis estruturais, dificultando a sua superação. Além disso, essas quatro categorias, por sua vez, seriam sustentadas por outra mais básica e anterior: “o fundamento racial e patriarcal do conhecimento (a enunciação na qual a ordem mundial é legitimada)” (Mignolo, 2017, p. 5). É nesse contexto que emerge a noção de “corpo-política (entendidas como a configuração biográfica de gênero, religião, classe, etnia e língua)” (Mignolo, 2017, p. 6). Por isso, a questão que envolve especificamente os últimos marcadores em ambas as divisões, isto é, o domínio do conhecimento e da subjetividade e a língua como elemento do corpo-política, levam Mignolo (2017) a concluir que o eurocentrismo — fruto da matriz colonial de poder — é uma questão muito menos geográfica e muito mais epistemológica. Desse modo, é promovida a dominação colonial centrada no europeu homem e branco como foco racial, econômico, social e cultural do desenvolvimento

sendo ele, portanto, o topo hierárquico das relações impostas pela matriz colonial de poder. Isso, pois,

o conhecimento ocidental é fundamentado em duas línguas clássicas (grego e latim) e se desdobrou nas seis línguas europeias modernas/coloniais e imperiais: o italiano, o espanhol e o português (as línguas vernáculas do Renascimento e do fundamento inicial da modernidade/colonialidade), o francês, o alemão e o inglês (as três línguas vernáculas que dominam a partir do Iluminismo até hoje). A hierarquia linguística na qual o eurocentrismo foi fundamentado (...) controla o conhecimento não somente pela dominância das próprias línguas, mas também das categorias em que o pensamento é baseado. Portanto, a epistemologia fronteiriça emerge da exterioridade (...) do mundo moderno/colonial, dos corpos espremidos entre as línguas imperiais e aquelas línguas e categorias de pensamento negadas e expulsas da casa do conhecimento imperial (Mignolo, 2017, p. 12).

Assim, é instituída uma hierarquia também linguística. Essa classificação, portanto, considera as línguas europeias como as únicas ferramentas possíveis de produção de conhecimentos teóricos e tidos como importantes globalmente. Por sua vez, as línguas não europeias carregam o marcador de uma suposta selvageria e irrelevância atribuída aos seus falantes, sendo consideradas como passíveis de produzir apenas folclore ou o conteúdo cultural de seus grupos (Mignolo, 2017). Desse modo, a desvalorização das línguas não europeias e de seus conteúdos é elemento constituinte da matriz colonial de poder. Em suma, se o poder colonial se inaugura com a concepção biologizante da raça como marcador de dominação, ela se expande para além das características físicas, regendo a desvalorização das subjetividades humanas colonizadas e suas relações interpessoais, racializando, portanto, o espaço físico geográfico; as expressões religiosas, artísticas e culturais; o conhecimento; e a linguagem.

Nesse sentido, no contexto de colonização que favoreceu o surgimento de línguas crioulas, o imaginário coletivo até a atualidade, como afirma a professora Vanessa Massoni da Rocha (2017), tende a entendê-las

como idiomas do dominado e do oprimido; em outras palavras, como “línguas de baixo” na estratificação social. Com efeito, as ilhas de Martinica e Guadalupe vivenciam uma inegável diglossia, uma profunda relação de forças que opõe e hierarquiza as línguas crioulas e o francês. Enquanto esta se coaduna ao centro metropolitano, ao saber intelectual e ao poder político, aquelas trazem à tona as humilhações da escravidão, dos trabalhos forçados e da submissão. Nesse sentido, logo após o fim da colonização e do início da departamentalização, muitos eram os falantes de crioulo que vislumbraram no estudo do francês uma

maneira de ascender socialmente e poder romper as mazelas quotidianas. Muitos sonhavam em estudar na França e assimilar a cultura francesa como modo de ‘embranquecimento social’ e como recusa à triste herança colonial (p. 257).

Desse modo, em *O coração que chora e que ri: contos verdadeiros da minha infância* (2022), Maryse Condé situa seus pais nesse contexto de começo e meados do século XX, o que justifica, sendo eles professores e funcionários do estado colonial francês, o apreço e a defesa da língua do colonizador, embora fossem negros descendentes de escravizados, como será posteriormente analisado. Antes, no entanto, se faz necessário situar o processo de criouliização linguística, em especial a região de Guadalupe, terra natal da escritora.

O processo de criouliização linguística corresponde ao surgimento de línguas crioulas fruto do entrecchoque cultural, especialmente em territórios coloniais, no qual os elementos linguísticos de culturas diversas se misturam. Esse fenômeno indica a existência de um contexto intenso e profundamente violento de abalroamento cultural e linguístico, como os presentes nos sistemas coloniais por meio do comércio e tráfico de escravizados, nos quais grupos de diferentes origens linguísticas são forçados a coexistir e interagir. Desse contato forçado, os indivíduos participantes dessa organização seriam capazes de suprir a necessidade de comunicação ao produzirem um todo linguístico amalgamado: uma língua crioula. Em suma, Édouard Glissant resume o crioulo como uma língua “compósita, nascida do contato entre elementos linguísticos absolutamente heterogêneos uns aos outros (...). O que chamo de língua crioula é uma língua cujos elementos constituintes são heterogêneos uns aos outros” (2005, p. 24).

Assim, no contexto caribenho a que pertence Maryse Condé, o que ocorreu na prática foi a persistência de uma língua dominante, isto é, o idioma do colonizador, nesse caso, o francês, em paralelo a mistura das línguas subordinadas dos povos escravizados com o próprio francês. Como explica a pesquisadora Véronique Dahlet (1998),

Nas Antilhas, o crioulo nasceu de uma situação histórica precisa e sobredeterminada: o sistema escravagista. De um lado, os senhores brancos de língua francesa; de outro, os negros, que aliás nem sequer se entendiam entre eles, porque deportados de diferentes regiões da África. A partir de então, bem ou mal coexistem nas Antilhas francesas as duas línguas: o francês e o crioulo. Estamos, portanto, em estado de diglossia, mas em paridade bastante desigual, pois o francês é aí a língua veicular, e como tal vigora no conjunto dos setores públicos —

administrativo, comercial, educativo, cultural —, enquanto o crioulo, língua vernácula, é reservado aos intercâmbios privados. Numa tal distribuição linguística, cultural e política, a situação de equilíbrio entre os dois polos está logo de início bloqueada (p. 123).

Nesse sentido, o processo de criouliização deve ser entendido não apenas como uma questão linguística, mas também como um fenômeno social, cultural e de poder. Isso, pois, as línguas crioulas tendem a ser valoradas como expressões inferiores, corrompidas, degeneradas, fajutas em contextos coloniais pelo grupo dominante.

Em *Peles negras, máscaras brancas* (2008), Frantz Fanon explora o impacto psicológico do colonialismo sobre a identidade dos indivíduos negros que, educados no contexto francês, adotam a língua do colonizador como uma tentativa de se elevar socialmente e de serem aceitos em uma sociedade que os rejeita. Fanon argumenta que, ao falar francês, o sujeito negro não se comunica apenas com a linguagem, mas adere a todo um sistema cultural que constantemente o marginaliza; ele adquire, portanto, o que o estudioso chama de *máscara branca*, uma expressão de uma alienação identitária que nasce do desejo de pertencer a um sistema que o oprime. Em *O Coração que Chora e que Ri* (2022), Maryse Condé reflete essa tensão ao retratar a relação de sua família com o francês, que não funciona como uma mera uma ferramenta comunicativa, sendo entendida por seus pais como um símbolo de sofisticação e de ascensão social dentro da estrutura colonial. Os pais da autora, então, parecem internalizar a noção de que a competência na língua francesa confere dignidade e prestígio, ecoando o que Fanon descreve como um uso com inclinação neurótica do francês pelos colonizados. Isso, pois, nas palavras o teórico, “na linguagem está a promessa do reconhecimento; dominar a linguagem, um certo idioma, é assumir a identidade da cultura” (Fanon, 2008, p. 15). Assim, eles buscam um status de respeitabilidade ao assimilar o idioma do colonizador, utilizando-o com tamanha severidade que gera uma espécie de fobia às expressões linguísticas que se diferenciam do francês, como a língua crioula. Condé, então, sublinha o quanto essa atitude é profundamente enraizada nas hierarquias coloniais, nas quais o crioulo é associado ao rebaixamento social, enquanto o francês se torna o degrau ilusório mais próximo da brancura e do poder, já que a adesão à língua do colonizador não resulta em aceitação verdadeira, haja vista que, como explica Fanon, “esta promessa não se cumpre, todavia, quando vivenciada pelos negros. Mesmo quando o idioma é “dominado”, resulta a ilegitimidade” (2008, p. 15).

Apesar dessa conjuntura, a criação de línguas crioulas reflete a resistência e adaptação das populações colonizadas à imposição cultural e linguística dos colonizadores, mostrando-se como expressões de criatividade e resiliência cultural. Por isso, mesmo com o fim oficial da escravização no século XIX e a crescente pressão das elites coloniais para o uso apenas do francês como língua oficial, o crioulo manteve-se como expressão linguística amplamente utilizada nas Antilhas e profundamente enraizado como parte da identidade cultural especialmente na Martinica e em Guadalupe. Sendo Guadalupe a terra natal de Maryse Condé, em *O coração que chora e que ri: contos verdadeiros da minha infância* (2022) é possível observar que a tensão linguística entre o idioma francês e o crioulo ocupa um espaço considerável em suas memórias de infância e adolescência, como veremos no tópico abaixo

“O coração que chora e que ri”, de Maryse Condé: a memória em um exercício de crítica

O processo narrativo de Maryse Condé, ao longo dos dezessete contos que compõem *O coração que chora e que ri: contos verdadeiros da minha infância* (2022), está pautado em uma profunda reflexão memorialista: o narrar como se lembra, o narrar como um gesto fotográfico que mergulha no mar salgado da memória. Condé, portanto, transporta o leitor para um processo em ordem crescente, no qual apresenta, a sua maneira, as personagens de sua infância e adolescência. Nesse contexto, para além de amigas e familiares, há dois personagens fulcrais para territorializar o processo linguístico e literário: Guadalupe e Paris. São elas duas cidades antíteses, colonizada e colonizadora, que se diferenciam profundamente, possuindo o francês talvez como o único laço de semelhança visível entre elas. Esse idioma, como veremos, está carregado de simbologias na criação de Maryse Condé, sendo um elemento essencial para se observar os impactos do colonialismo no território geográfico de Guadalupe e nos territórios da subjetividade de seus habitantes.

A estrutura dos contos da obra se baseia em uma profunda reflexão acerca da construção social, política e racial de Condé durante sua infância. Como uma narrativa quase psicanalítica, suas referências são familiares e, sobretudo, maternas. A seleta de contos tem como estrutura de abertura, o conto “Retrato de Família” que pode ser lido de duas maneiras: a primeira, como uma apresentação da família de Condé para o leitor, e a segunda, como uma forma de desenhar os motivos e pulsões que geram uma

família caribenha, negra, em ascensão financeira, que tem como grande totem civilizatório o país colonizador: a França.

Se alguém tivesse perguntado a meus pais a opinião deles sobre a Segunda Guerra Mundial, eles teriam respondido sem hesitar que foi o período mais sombrio que viveram. Não por causa da França partida ao meio, dos campos de Drancy ou de Auschwitz, do extermínio de seis milhões de judeus, nem de todos esses crimes contra a humanidade ainda não totalmente expiados, mas porque, durante sete intermináveis anos, foram privados daquilo que mais importava para eles: suas viagens à França (Condé, 2022, p. 15).

Para além de um regime linguístico, ou de uma dicotomia política e colonial do crioulo para com o francês, nota-se, contundentemente, como existe uma relação de idolatria dos pais de Condé para com a figura máxima do colonizador: a França. Essa estrutura é materializada por uma assimilação e aculturação para a com a metrópole colonial, o brio ocidental do humanismo. Assim, a França é apresentada como a grande máxima civilizatória dentro do narrado para os pais da escritora. Condé explica que, “para eles, a França não era de forma alguma a sede do poder colonial. Era na verdade a mãe pátria e Paris, a Cidade Luz que sozinha dava brilho a existência deles” (2022, p. 15).

Com a internalização da superioridade francesa para os pais de Condé, a veneração do francês e a consequente desvalorização do crioulo torna-se inevitável. A estrutura de negação da língua crioula, então, é apontada e transmitida para o leitor em diversos momentos das narrativas, tal como o orgulho de ter o francês como língua estrutural:

— Como vocês falam bem francês! Meus pais recebiam o elogio sem protestar nem sorrir e se limitavam a um aceno de cabeça. Assim que os garçons viravam as costas, eles dividiam conosco: — E, no entanto, somos tão franceses quanto eles — suspirava meu pai. — Mais franceses — reforçava minha mãe com veemência (Condé, 2022, p. 16).

O fragmento, além de destacar a francofonia orgulhosa e apaixonada dos pais de Condé, também aponta para o desejo deles de pertencimento à metrópole e para a impossibilidade desse pertencimento, haja vista a manutenção da diferença racial, algo impossível de ser suplantado pelo francês impecável. Desse modo, na hierarquia social em Guadalupe, a família Condé apenas conseguiria se diferenciar dos chamados *petits-*

nègres, os negros menores, pertencentes às classes populares, entendidos como inferiores, sendo falantes do crioulo.

Para além do idioma utilizado para a comunicação, os marcos civilizatórios da França que adentram a vida dos indivíduos que estão circunscritos dentro da jurisdição dessa nação podem ser simbolizados por meio de outros marcadores culturais. Assim, a moda, a etiqueta vinda da monarquia, o apreço pela música clássica, quando, por exemplo, Condé acena acerca do piano, são índices da presença da cultura colonizadora. Nesse contexto, a literatura também de mostra como ferramenta colonial. Dessa maneira, o impacto da literatura e seus símbolos em paralelo com a língua francesa pode ser visto no conto “The Bluest Eye”. Nesse conto, é sugerido que o francês seria a língua mais culta, erudita, valorosa, ao ser utilizada para a conquista, por exemplo, e, com isso, agrega valor ao pretendente. Nesse conto, nos conta Maryse Condé o caso de um breve romance no qual seu pretendente escreveu-lhe uma carta. Escrita em um papel azul precioso, esmeradamente preservado de machucados e com caligrafia exemplar, ela lera “Maryse adorada, para mim, você é a mais bela com esses seus olhos azuis” (Condé, 2022, p. 72), para a sua surpresa. Adolescente negra que era, Maryse ficara intrigada com essa frase inicial e encerra o relacionamento antes mesmo de seu desenvolvimento. É certamente a influência da literatura francesa que está presente na carta, pois é sugerido que o admirador de Condé partira da familiaridade simbólica da beleza dos *olhos azuis*, expressão comum nas narrativas francófonas que ele lera. Com o olhar da maturidade do momento presente da escrita, ela conclui que “para se aventurar no terreno desconhecido da correspondência amorosa, ele tinha, sem dúvida, procurado referências. Que pena! Nossas referências eram romances franceses de quatro tostões” (Condé, 2022, p. 73).

A presença, então, do francês se mostra como exemplar. Apesar disso, o crioulo encontra-se presente no decorrer da escrita, de modo que a estrutura do livro lançada no Brasil propõe a manutenção de uma não tradução no corpo do crioulo. Essa postura linguística proporciona uma demarcação do território em disputa que é a língua para Condé, além de contribuir para situar dentro da cultura e da sociedade antilhana o lugar desses idiomas. Por exemplo, no conto “Aula de História” Condé narra um passeio costumeiro com seus pais pelas ruas de Guadalupe de modo que eles se sentavam em um banco perto de um quiosque de música e ela brincava sozinha. Em uma ocasião específica, conta a escritora que conhecera uma criança branca e loira, mas desgrehada e com cabelos desarrumados. Essa criança de nome emblematicamente

francês, Anne-Marie, a abordara em crioulo abruptamente, o que intrigara Condé por ter sido ela criada em meio ao discurso de superioridade que conclamava seus pais acerca do francês e de si próprios. Assim, ela responde a criança com seu nome completo, na esperança de que ela reconhecesse seu sobrenome familiar e, conseqüentemente, a posição de classe de sua família. No entanto, Anne-Marie pouco se importa com nome dito ou com o uso do francês, ao contrário, enxergando apenas a cor de Condé, dirige-se a ela de modo autoritário, conclamando-a a brincarem juntas, mas escondidas, pois a mãe dela não permite que ela brinque com crianças negras. Apesar disso, afirma Condé: “Uma hora, fiquei tentada a virar as costas e ir procurar meus pais. Por outro lado, estava muito feliz por encontrar uma parceira da minha idade, mesmo que mandasse em mim como se eu fosse sua empregada” (Condé, 2022, p. 54). As crianças, então, brincaram por alguns dias consecutivos, mas, Anne-Marie tornara-se cada vez mais violenta e cruel com Maryse, batendo-a e xingando-a até que Maryse decide contestá-la:

No dia seguinte, Anne-Marie me esperava no mesmo lugar. Durante mais de uma semana, ela foi fiel ao seu posto e eu me entreguei sem reclamar a seus abusos. Depois de ela quase ferir meu olho, protestei, cansada de sua brutalidade. “Não quero mais que você bata em mim”. Ela deu uma risada sádica e caprichou num soco na boca do meu estômago: “Eu tenho que bater em você, porque você é uma negrinha” (Condé, 2022, p, 55).

É transparecido no conto que Anne-Marie é uma criança de classe inferior à Maryse, especialmente por seu vocabulário repleto de xingamentos em língua crioula e sua aparência desgrenhada. Apesar disso, ela se sente superior à Maryse ainda que esta tenha uma condição econômica melhor e tenha sido criada com o esmero da língua francesa e dos valores burgueses europeus. Isso ocorre pelo marcador da raça, elemento corpóreo, material, que é recebido primeiro aos olhos e ao julgamento em detrimento dos marcadores subjetivos (a classe, a língua, os valores familiares).

Acerca da língua crioula, no conto “Mabo Julie” é sugerido que o crioulo seria a língua popular, a língua da rua, dos encontros rápidos, do comércio, da algazarra. Já em “Feliz aniversário, Mamãe!”, o crioulo é posto como a língua da vergonha. Nesse conto, a escritora narra como se desenrolava comumente o dia do aniversário de sua mãe, aproveitando para traçar uma reflexão sobre o pouco conhecimento que possuía acerca da figura materna e da mãe dela, sua avó. Explica Condé que sua mãe

Era filha de uma bastarda analfabeta que tinha deixado La Treille para viver em La Pointe. Vovó Éloide. Uma foto sobre o piano Klein mostrava uma mulata com um lenço, frágil, ainda mais fragilizada por uma vida de exclusão e de cabeça baixa. “Sim, sinhô. Sim, senhora”. Minha mãe tinha crescido, portanto, humilhada pelos filhos do patrão, perto da horta das cozinhas nas casas burguesas. Seu destino natural seria cozinhar para os outros como sua mãe e ficar prenha do primeiro bugre que chegasse. Mas, desde a escola primária, a colônia, que nem sempre é cega, tinha notado sua inteligência excepcional. Graças a bolsas e a créditos educativos por mérito, ela foi uma das primeiras professoras negras. (Condé, 2022, p.89)

Élodie nunca teve nada que fosse dela. Nem mesmo um quarto. Nem mesmo um bom vestido. Nem mesmo um túmulo. Ela dormia seu sono eterno em uma sepultura de seus últimos patrões. Consequentemente, o que assombrava minha mãe era vivenciar o que elas viveram. E, sobretudo, que a confundissem com uma pessoa qualquer, que não homenageassem a pessoa que se tornou pela força do seu próprio esforço. (...) As pessoas de La Pointe diziam que ela não tinha sentimentos e que havia magoado Éloide. Que ela não a deixava mais tocar seus filhos, como se fosse uma pestilenta. Que tendo vergonha de seu lenço, ela a havia forçado a usar chapéu e expor suas têmporas desnudas; por falar em crioulo, ela a havia forçado ao silêncio. Por sua atitude de subalterna, ela a escondia toda vez que recebia visitas (Condé, 2022, p. 90-91).

O fragmento é longo, mas necessário para observarmos questões fundamentais acerca da identidade, classe social, racismo e das dinâmicas de poder dentro da sociedade colonial que se estabelece inclusive dentro do seio familiar. Élodie, avó de Maryse, representa toda uma geração de escravizados e descendentes de escravizados estigmatizados e mantidos à margem da sociedade colonial. A condição de bastarda da mãe de Maryse, destaca os traços de ilegitimidade e de marginalização, reforçados pela situação de pobreza e servidão de Élodie. Élodie é retratada como alguém de cabeça baixa, submetida à obediência e à subalternidade da escravização. Nesse contexto, o espaço reservado a Élodie era a cozinha doméstica e a maternidade bastarda, destino que se esperava ser estendido à sua filha, a mãe de Maryse. Esta, no entanto, enxergou a educação como alternativa para desvencilhar-se dessa conjuntura. Por meio do estudo, então, a mãe de Maryse alcança um status econômico superior ao da sua mãe, mas a herança familiar e cultural precisa ser renegada para manter a frágil e ilusória superioridade. A negativa do crioulo, por exemplo, funcionaria como uma tentativa de desvencilhar-se do sofrimento, da humilhação e da servidão. O crioulo, como visto anteriormente, é uma língua de resistência e identidade cultural, mas é rejeitado pela filha de Élodie por ser entendido como marco subjetivo de inferioridade social. Assim, essa rejeição reflete as dinâmicas de assimilação abraçadas pela mãe

de Condé que entendia que a sobrevivência social dependia da conformidade aos padrões culturais e linguísticos impostos pelos colonizadores.

É visível que a filha de Élodie consegue escapar em parte do destino predeterminado às mulheres negras em sociedades coloniais por meio da educação, tornando-se uma das primeiras professoras negras. No entanto, ela é aterrorizada pela sombra da pobreza e da subordinação social de sua mãe que continua assombrando-a, devendo, portanto, ser recalcada. Nesse contexto, a hipervalorização do francês e o desprezo do crioulo que ela, juntamente de seu marido, ensinou aos filhos, incluindo Maryse Condé, é menos um senso de superioridade e mais uma estratégia neurótica de sobrevivência. Em seus contos, Condé explica que ela era constantemente cobrada pela perfeita articulação fonética e sintática do francês. Em acréscimo, a cultura francesa também era a norma de modo que, além do rechaço pelo crioulo, havia o rechaço pela cultura local. Nesse contexto, a escritora conta que crescera sem conhecer o folclore, os mitos, as histórias típicas, as tradições populares de sua terra natal. No conto “Palavras Proibidas”, explica a autora que penas uma expressão popular fora permitida.

Os “Cantos de Natal” eram a única concessão que eles faziam às tradições populares. Se, por um lado, o ritmo das cantigas era tão endiabrado quanto o das biguines ou das mazurcas crioulas, nós batíamos com força nas bacias ou no fundo das panelas, as palavras eram corretíssimas. Francês legítimo. Francês francês (Condé, 2022, p. 107).

O fragmento expõe como as práticas culturais e linguísticas estão entrelaçadas com questões de poder, hierarquia e identidade, destacando as contradições entre a cultura popular crioula e as normas impostas pelo poder colonial francês. Os pais de Maryse mantiveram-se rigidamente controlados em todos os aspectos culturais, de modo que apenas cediam espaço para a cultura popular em uma expressão cristã pronunciada na língua francesa, ou seja, aproximada da cultura colonial. Essa expressão cultural, por sua vez, destacada pela dualidade entre a música e a letra das canções, expõe as tensões emblemáticas das sociedades crioulas, de modo que apesar do afrancesamento da língua, o ritmo mantido sugere a resistência cultural da população. Assim, ainda que entendido pelos pais da autora como uma expressão endiabrada, o ritmo popular é perdoado pelo conteúdo linguístico francês e cristão. Esse exemplo, então, se mostra como uma alegoria profícua para encerrarmos nossas observações acerca das implicações da colonialidade, destacando a colonização da

linguagem pela negação da língua crioula e a valorização da língua francesa presente na obra *O coração que chora e que ri: contos verdadeiros da minha infância* (2022), de Maryse Condé.

Conclusão

A obra *O coração que chora e que ri: contos verdadeiros da minha infância* (2022), de Maryse Condé, é uma representação densa das complexas relações entre linguagem, identidade e poder no contexto colonial das Antilhas francesas. Através de suas memórias, Condé explora como a educação colonial impôs o francês como idioma dominante, ao passo que marginalizava o crioulo, a língua das massas e da resistência. Seus pais, negros e descendentes de escravizados, incorporaram essa valorização do francês como parte de uma estratégia de ascensão social e integração à cultura burguesa, reforçando a hegemonia do colonizador em detrimento das tradições culturais locais.

A escolha dos pais de Condé por promover o francês como língua prioritária em detrimento do crioulo reflete o desejo de alcançar uma posição social mais elevada, dentro dos parâmetros estabelecidos pela estrutura colonial. Nesse sentido, a rejeição do crioulo representa não apenas uma negação de suas raízes culturais, mas também uma tentativa de romper com o estigma da raça e da escravidão, marcadores indelévels na sociedade colonial, de modo que o francês, símbolo de sofisticação e civilidade, se tornou para os pais de Condé uma esperança de aceitação social.

Contudo, essa tentativa de abraçar os valores do colonizador gerou um profundo conflito identitário. Condé, em sua narrativa, evidencia como o crioulo, apesar de ser marginalizado e associado a uma condição social inferior, é um elemento cultural que se encontra presente, sendo elemento de memória coletiva dos povos colonizados. Em seus contos, é possível observar que ao longo de sua vida, a autora se viu confrontada com a necessidade de transitar entre esses dois mundos: de um lado, a linguagem e os valores da colonização francesa; de outro, a cultura crioula, que, mesmo suprimida, continuava a permear as relações sociais e familiares para além de seus pais.

Desenhando seu nome na literatura contemporânea, Condé proporcionou o mais denso sonho memorialístico da literatura, a capacidade de expandir a experiência da vida, por meio de leitura. Em uma encruzilhada caribenha, ao som do francês e do crioulo, Condé coaduna com o pensamento de Antoine Compagnon (2009): “A literatura

é um exercício de pensamento; a leitura, uma experiência dos possíveis” (2009, p. 66). As possibilidades que Condé narra são pautadas no processo de escrever para não esquecer, ler para testemunhar e promover a mudança por meio da experiência literária. Dessa maneira, o atravessamento da memória, pela vivência de um pós-colonial atrelado às percepções francófonas do que é um processo civilizatório, é narrado nos contos. Com esse estudo, buscamos, ao lado das narrativas de Maryse Condé, expressar que o texto literário e as preposições da crítica literária que aqui realizamos são formas de sentir e de atribuir sentido. Assim, concluímos que Maryse Condé nos convida a refletir sobre a luta contínua por reconhecimento e afirmação das culturas colonizadas e sobre as estratégias de sobrevivência negra pela assimilação. O discurso de Condé nessa obra, portanto, destaca que, sendo a raça um marcador inegociável por não haver possibilidade de abandoná-lo completamente, haja vista sua marcação no corpo. Desse modo, os pais da escritora, tendo boas condições financeiras, optaram por centrarem-se na questão da classe e na promoção de valores burgueses dentre os quais a língua francesa se tornou um imperativo, ainda que possibilitadora apenas de um pertencimento insuficiente, faltoso, impossível de ser completamente estabelecido.

REFERÊNCIAS

- COMPAGNON, Antoine. *Literatura para quê?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.
- CONDÉ, Maryse. *O Coração que chora e que ri: Contos verdadeiros da minha infância*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022
- DAHLET, Véronique. *Línguas minoritárias entre o simbólico e o político: o caso do crioulo nas Antilhas Francesas*. *Língua e Literatura*. Nº 24, p. 121-130, 1998.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GLISSANT, Édouard. *Introdução a uma poética da diversidade*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.
- GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, mar. 2008, p. 115-147. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.697>
- MIGNOLO, Walter D. *Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking*. New Jersey: Princeton University Press, 2000.
- MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 32, 2017.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina/CES, 2009. p. 73- 117.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

Re-Unir